ECONOMIA

Petrobras reduz em 25% previsão de investimentos do Plano de Negócios

Ajustes levaram em conta novos patamares do preço do petróleo

Nielmar de Oliveira - ABr

O Conselho de Administração da Petrobras aprovou ajustes no Plano de Negócios e Gestão 2015-2019 (PGN 2015-2019), informou ontem a estatal por meio de nota. Com a revisão, a Petrobras prevê investimentos de US$ 98,4 bilhões no período, uma redução de US$ 32 bilhões em relação ao valor inicial (US$ 130,3 bilhões) – o que representa uma queda de aproximadamente 25%.

Segundo a nota, os ajustes levaram em conta os novos patamares do preço do petróleo e da taxa de câmbio e visam a preservar "os objetivos fundamentais de desalavancagem e geração de valores para os acionistas", estabelecidos no PGN 2015-2019.

Para as mudanças, a Petrobras utilizou como premissa para as projeções de investimentos e custos, o novo preço do petróleo Brent e a taxa de câmbio, mantendo "a prioridade dos projetos de exploração e produção (E&P) de petróleo no Brasil, com ênfase no pré-sal".

No que diz respeito aos gastos operacionais gerenciáveis, o valor previsto para 2015 permanece em US$ 29 bilhões e a programação para 2016 está sendo revista no âmbito do detalhamento do orçamento anual em curso.

Segundo a estatal, a revisão para 2015 e 2016 levou a uma reavaliação dos projetos previstos pela companhia (portfólio de projetos) para os cinco anos do PNG 2015-2019 e a um consequente ajuste na carteira global de investimentos. As novas premissas decorrem da otimização do portfólio de projetos (economia de US$ 21,2 bilhões) e do efeito cambial (redução de US$ 10,7 bilhões).

Dos investimentos totais da companhia, US$ 80 bilhões serão destinados à área de exploração e produção, o equivalente a 81% do total; US$ 10,9 bilhões (11%) são para abastecimento e refino; e US$ 5,4 bilhões (6%), para a área de gás e energia. As demais áreas ficam com investimentos de US$ 2,1 bilhões.

Do total dos investimentos na área de exploração e produção, estão previstos US$ 4,9 bilhões para as atividades no exterior. Os recursos para abastecimentos incluem os que serão destinados à Petrobras Distribuidora (BR).

No novo Plano de Negócios e Gestão, os desinvestimentos (venda de ativos) para o biênio 2015-2016 foram mantidos em US$ 15,1 bilhões, volume de recursos bastante superior aos US$ 700 milhões atingidos em 2015.

De acordo com a Petrobras, os ajustes promovidos na carteira de investimentos resultaram em uma redução da projeção de produção de petróleo no Brasil de 2,185 milhões de barris por dia para 2,145 milhões, em 2016, e de 2,8 milhões para 2,7 milhões, em 2020.

A produção média de petróleo da Petrobras no Brasil em 2015 somou 2,128 milhões barris por dia, volume 0,15% superior à meta estabelecida de 2,125 milhões de barris diários e 4,6% acima da produção de 2014 (2,034 milhões de barris por dia). "Este resultado representa o recorde anual histórico de produção de óleo da companhia, superando o recorde alcançado em 2014", destaca a estatal.

O comunicado da Petrobras afirma ainda que a empresa vem trabalhando "no aprimoramento contínuo do seu Plano de Negócios e Gestão e na rápida adaptação às mudanças em seu ambiente de negócios, preservando seu compromisso de atuar com disciplina de capital e rentabilidade".

A nota destaca que a empresa está sujeita a diversos fatores de risco que podem impactar suas projeções, tais como "mudanças de variáveis de mercado, como preço do petróleo e taxa de câmbio; operações de desinvestimentos e outras reestruturações de negócios, sujeitas às condições de mercado vigentes à época das transações; e o alcance das metas de produção de petróleo e gás natural, em um cenário de dificuldades com fornecedores no Brasil".

Petróleo fica abaixo de US$ 30 pela 1ª vez desde 2003

O preço do barril de petróleo caiu ontem e chegou a ser cotado a menos de US$ 30 pela primeira vez desde 2003. A queda no valor da commodity se intensifica visto que a Organização de Países Exportadores de Petróelo (Opep) não tem planos para realizar uma reunião de emergência para falar sobre a queda dos preços do petróleo antes do próximo encontro programado para junho, segundo autoridades da entidade. O recuo no preço também antecipa a publicação de dados do governo dos Estados Unidos que devem mostrar que os estoques de petróleo bruto aumentaram, piorando o excedente da oferta mundial.

O petróleo caiu no início de 2016 com a volatilidade dos mercados chineses alimentando uma crise nas ações mundiais. Os estoques dos EUA continuaram em mais de 120 milhões de barris acima da média de cinco anos. Diante da alta demanda, o petróleo do tipo WTI chegou a menos de US$ 30 pela primeira vez desde 2003.

O Brent pode ser comercializado na faixa dos US$ 20 se o dólar se valorizar rapidamente, de acordo com relatório do Morgan Stanley divulgado na segunda-feira.

"O mercado está sendo guiado pelo excesso de oferta e demanda fraca", disse Gene McGillian, analista da Tradition Energy. "Nós tivemos um curto rali de alívio, mas logo perdeu a força".

O WTI para fevereiro caiu US$ 1,28, ou 4,1% por cento, para US$ 30,13 por barril. O contrato caiu para US$ 29,93 mais cedo, o nível mais baixo desde dezembro de 2003. Os preços caíram 30% no ano passado.

Os estoques provavelmente aumentaram em 2 milhões de barris na semana passada, mostrou uma pesquisa da Bloomberg antes do relatório da Agência de Informação de Energia, a EIA, dos EUA na quarta-feira. O índice CBOE Crude Oil Volatility, um indicador antecipado da volatilidade dos preços do petróleo nos Estados Unidos, fechou na segunda-feira no nível mais alto desde fevereiro.

O petróleo do tipo Brent para fevereiro caiu US$ 1,05, ou 3,3%, na terça-feira para US$ 30,50 o barril na bolsa ICE Futures Europe, com sede em Londres e tocou US$ 30,34 mais cedo, o nível mais baixo desde abril de 2004. O petróleo de referência para a Europa estava pagando ágil de 0,37 centavos em relação ao WTI.

Principais impostos tiveram aumento em 20 estados e no Distrito Federal

Empresas vão repassar custos nos preços das mercadorias e serviços

A inflação não será a única vilã do bolso dos contribuintes em 2016. Com perdas na arrecadação, o governo federal e a maior parte dos estados e capitais elevaram seus principais tributos.

A pesquisa considerou apenas as elevações de alíquotas – o percentual usado para calcular quanto o contribuinte vai pagar de imposto sobre o valor, em reais, de determinado produto, serviço ou bem.

Ficaram de fora altas que refletem apenas os efeitos da inflação sobre os preços de produtos ou serviços – uma tributação de 10% sobre um produto, por exemplo, que custava R$ 100 há um ano, levaria então R$ 10 aos cofres do governo. Esse mesmo produto, custando R$ 110, pagaria agora R$ 11 em impostos, sem alteração na alíquota.

No caso de impostos sobre bens, como IPVA (incidente sobre veículos) e IPTU (sobre os imóveis), em muitos casos não houve alteração nas alíquotas, mas, com a correção do valor desses bens (pela inflação ou por desvalorização), o valor final dos impostos sofreu variações.

A alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por exemplo, aumentou em 20 estados, além do Distrito Federal. O tributo, estadual, é um dos que mais pesam e incide sobre produtos e serviços considerados essenciais, como telefonia e telecomunicações, e também os supérfluos, como cosméticos, bebidas alcoólicas e cigarro.

Outra cobrança que ficou mais cara foi o Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). Ele subiu em 12 estados, mais a capital federal.

Já o imposto sobre herança e doações – conhecido em vários estados como ITCMD – aumentou em 10 estados e no Distrito Federal.

Grande parte dos municípios não elevou a cobrança do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), que incide sobre bens como imóveis e terrenos, mas reajustou a alíquota pelos índices de inflação de 2015, que ficaram em torno de 10%.

Enquanto isso, o governo federal conseguiu elevar o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de bebidas e eletrônicos e acabar com a isenção do Imposto de Renda em remessas ao exterior de até R$ 20 mil este ano.

Tenta ainda recriar a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras, que ficou conhecido como "imposto do cheque") e aumentar as alíquotas do Imposto de Renda e dos tributos sobre produtos industrializados.

"Houve um aumento generalizado", avalia o presidente-executivo do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário), João Eloi Olenike. De todos os impostos, o ICMS é um dos que terão maior impacto no bolso do brasileiro, afirma.

"O ICMS movimenta valores muito altos e é cobrado sobre tudo o que se consome e não tem como escapar. Quem paga mais é o consumidor final, e o imposto tem um efeito cascata que tributa toda a cadeia produtiva", explica Olenike.

Para ele, todos esses aumentos serão repassados de forma indireta para o consumidor. "Vai ter impacto na inflação. As empresas vão repassar os custos nos preços de seus produtos e serviços", diz o tributarista.

O presidente-executivo do IBPT explica que a lei obriga os estados a priorizar o aumento de impostos sobre produtos e serviços considerados mais supérfluos – como itens de luxo ou os prejudiciais à saúde. Mas em estados como Minas Gerais, houve aumento sobre a energia elétrica e serviços de telecomunicações, considerados essenciais.

AEGEA Saneamento e Participações S.A.

(Companhia Aberta) CNPJ nº 08.827.501/0001-58 - NIRE 35.300.435.613

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de Dezembro de 2015

1. Data, Hora e Local: Aos 18 (dezoito) dias do mês de dezembro de 2015, às 17:00 horas, na sede social da AEGEA Saneamento e Participações S.A. ("Companhia"), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.744, 8º andar, sala 1, Edifício Olívia Fernandes, Bairro Jardim Paulistano, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-910. **2. Convocação e Presença:** Dispensadas as formalidades de convocação em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Composição da Mesa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. Hamilton Amadeo e secretariados pelo Sr. Flávio Martins Tarchi Crivellari. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a: **(I)** celebração do contrato de financiamento, a ser celebrado entre a Companhia e o Inter-American Development Bank ("IDB"), no montante total de principal de até R$ 320.000.000,00 (trezentos e vinte milhões de reais), com taxa de remuneração de equivalente à soma da(o): (a) variação acumulada das taxas médias referencias para depósitos interfinanceiros no Brasil - Certificados de Depósito Interfinanceiro - DI de um dia apuradas e divulgadas pela CETIP no informativo diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br), expressas na forma percentual e calculadas diariamente, sob a forma de capitalização composta, com base em um ano com 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis; e (b) spread de 2,75% (dois inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, a ser amortizado a partir de 15 de novembro de 2018 até 15 de novembro de 2027 em parcelas semestrais, podendo ser liquidado antecipadamente conforme condições a serem pactuadas pela Companhia e o IDB ("Contrato de Financiamento"); **(II)** celebração do Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Ações, a ser celebrado entre a Companhia, Saneamento 100% Fundo de Investimento em Participações ("FIP"), AEGEA Investimentos S.A. ("AEGEA Investimentos") e IDB, onde o(a): (a) FIP dá em penhor ao IDB, em caráter irrevogável e irretratável, 105.534.946 (cento e cinco milhões, quinhentas e trinta e quatro mil, novecentas e quarenta e seis) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia de titularidade do FIP, representativas de, nesta data, aproximadamente 15,68% (quinze vírgula sessenta e oito por cento) do capital total da Companhia; e (b) AEGEA Investimentos dá em penhor IDB, em caráter irrevogável e irretratável, 260.551.117 (duzentas e sessenta milhões, quinhentas e cinquenta e um mil e cento e dezessete) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia de titularidade da AEGEA Investimentos, representativas de, nesta data, aproximadamente 38,71% (trinta e oito vírgula setenta e um por cento) do capital total da Companhia, tudo isto a título de garantia do Contrato de Financiamento ("Contrato de Penhor"); **(III)** celebração do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia, a ser celebrado entre a Companhia, o IDB e o Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Depositário"), onde a Companhia cede e transfere fiduciariamente para o IDB, incondicional e irrevogavelmente a totalidade dos direitos creditórios detidos pela Companhia contra o Banco Depositário relativos aos valores mantidos a qualquer tempo ou depositados de tempos em tempos e a qualquer título em conta a ser indicada, incluindo, sem limitação, qualquer conta investimento, instrumentos financeiros, certificados de depósito, quotas de fundo de investimento ou investimentos financeiros em geral efetuados com os recursos depositados em conta a ser indicada ou a eles relativos, a título de garantia do Contrato de Financiamento ("Contrato de Cessão Fiduciária"), bem como emissão da procuração em favor do IDB para a prática de determinados atos no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária ("Procuração"); **(IV)** emissão de 19 (dezenove) notas promissórias no montante total equivalente a 110% (cento e dez por cento) de cada valor desembolsado relativo ao Contrato de Financiamento, a título de garantia do Contrato de Financiamento ("Notas Promissórias"); **(V)** autorização para que a Diretoria e os representantes legais da Companhia negociem as condições finais e pratiquem todos e quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento das deliberações ora tomadas, inclusive para firmar quaisquer instrumentos, contratos e documentos, da mesma forma que os eventuais aditamentos necessários à celebração do Contrato de Financiamento, Contrato de Penhor e do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como para emissão das Notas Promissórias; e **(VI)** a lavratura da presente ata na forma sumária. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho da Administração da Companhia, por decisão unânime, aprovaram sem ressalvas as seguintes deliberações sobre os itens constantes da Ordem do Dia: 5.1. autorização para Companhia celebrar o Contrato de Financiamento; 5.2. autorização para Companhia celebrar o Contrato de Penhor; 5.3. autorização para Companhia celebrar o Contrato de Cessão Fiduciária e emitir a Procuração; 5.4. autorização para Companhia emitir as Notas Promissórias; 5.5. autorização para que os diretores e os representantes legais da Companhia pratiquem todos e quaisquer atos necessários ao fiel cumprimento das deliberações ora tomadas, inclusive para firmar quaisquer instrumentos, contratos e documentos, da mesma forma que os eventuais aditamentos necessários à celebração do Contrato de Financiamento, Contrato de Penhor e do Contrato de Cessão Fiduciária, bem como para emissão das Notas Promissórias e da Procuração; e 5.6. autorização da lavratura da presente ata em forma de sumário, nos termos do §1º, artigo 130 da Lei das Sociedades por Ações. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata, em 3 (três) vias de igual teor e forma, as quais foram por todos assinadas. **7. Assinaturas: Mesa:** Hamilton Amadeo, Presidente e Flávio Martins Tarchi Crivellari, Secretário. **Conselheiros:** Hamilton Amadeo, Eduardo José Bernini, Thomas Daniel Brull, Luiz Serafim Spinola Santos, André Machado Mastrobuono, Anastácio Ubaldino Fernandes Filho e Antônio Kandir. **Confere com o documento original lavrado no Livro de Registro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração arquivado na sede da Companhia. Mesa: Hamilton Amadeo - Presidente; Flávio Martins Tarchi Crivellari - Secretário. JUCESP nº 2.291/16-2 em 07/01/2016. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.**

NNP Holding S.A.

CNPJ: 15.323.685/0001-84

Demonstrações Financeiras - Período de Encerramento 01/01/2014 a 31/12/2014

Balanço Patrimonial	31/12/2014	31/12/2013
Ativo/Ativo Circulante		
Bancos Conta Movimento	7.770,87 D	74,69 D
Impostos a Recuperar	572.650,99 D	1.204.152,99 D
Bens em Operação	61.354.428,95 D	61.354.428,95 D
(–) Depreciação Acumulada	12.270.885,84 D	6.135.442,92 D
Total do Ativo	**49.663.964,97 D**	**56.423.213,71 D**

Balanço Patrimonial	31/12/2014	31/12/2013
Passivo/Passivo Circulante		
Empréstimos no País	– C	32.089,31 C
Fornecedores	46.644,25 C	71.906,57 C
Ordenados e Salários a Pagar	36.042,16 C	68.252,66 C
Obrigações Sociais	100.613,06 C	35.287,77 C
Obrigações Fiscais	453,97 C	13.735,61 C
Exigível a Longo Prazo		
Parcelamentos - LP	36.611.600,19 C	41.270.556,05 C
AFAC - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	5.031.867,00 C	931.385,74 C
Patrimônio Líquido		
Capital Social	14.000.000,00 C	14.000.000,00 C
(–) Prejuízos Acumulados	6.163.255,66 D	– D
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**49.663.964,97**	**56.423.213,71**

Demonstração do Resultado do Exercício

	Saldo em: 31/12/2014	Saldo em: 31/12/2013
Receitas		
Atualizações Processos de Compensação	40.493,34 C	–
Juros e Descontos Ativos	40.493,34 C	–
Receita sobre Aplicação Financeira	–	2.813,68 C
Atualização Impostos - SELIC	–	81.345,47 C
Outras Receitas Financeiras	–	84.159,15 C
Total de Receitas	**40.493,34 C**	**84.159,15 C**
(=) Receita Líquida	**40.493,34 C**	**84.159,15 C**
(=) Lucro Bruto	**40.493,34 C**	**84.159,15 C**
Despesas	**Saldo em: 31/12/2014**	**Saldo em: 31/12/2013**
Assistência Jurídica	–	550,00 D
Honorários de Assessoria	20.782,23 D	21.018,00 D
Prestação de Serviços Pessoa Jurídica	**20.782,23 D**	**21.568,00 D**
Despesas com Condução	440,00 D	1.013,10 D
Transporte de Empregados	**440,00 D**	**1.013,10 D**
Taxas Diversas	26.912,24 D	5.609,30 D
Despesa IOF	174,28 D	3.891,71 D
Despesas, Impostos e outras Contribuições	**27.086,52 D**	**9.501,01 D**
Aluguéis e Condomínios	10.198,40 D	10.557,08 D
Arrendamento Mercantil e Aluguéis	**10.198,40 D**	**10.557,08 D**
Depreciação de Aeronaves	6.135.442,92 D	6.135.442,92 D
Encargos de Depreciação	**6.135.442,92 D**	**6.135.442,92 D**
Correios	812,79 D	529,75 D
Telefone	4.746,54 D	2.512,71 D
Despesas de Cartório	–	105,00 D
Outras Despesas Operacionais	**Saldo em: 31/12/2014 5.559,33 D**	**Saldo em: 31/12/2013 3.147,46 D**
Juros sobre Empréstimos	1.298,88 D	1.279,60 D
Variação Cambial	–	469.771,36 D
Encargos Financeiros sobre Empréstimos	**1.298,88 D**	**471.050,96 D**
Despesa Bancária	968,26 D	913,20 D
Despesa Bancária	**968,26 D**	**913,20 D**
Encargos sobre Tributos Pagos em Atraso	1.972,46 D	3.784,13 D
Encargos sobre Tributos Pagos em Atraso	**1.972,46 D**	**3.784,13 D**
Total de Despesas	**6.203.749,00 D**	**6.656.977,86 D**
(=) Prejuízo Operacional	**6.163.255,66 D**	**6.572.818,71 D**
Outras Receitas/Despesas:		
(=) Prejuízo antes dos Impostos, Participações e Contribuições	**6.163.255,66 D**	**6.572.818,71 D**
Provisão de Impostos:		
Participações e Contribuições:		
(=) Total do Prejuízo do Período	**6.163.255,66 D**	**6.572.818,71 D**

Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados

Descrição	31/12/2014	31/12/2013
(+) Outros Recursos/AFACs	– C	8.321.345,35 C
(–) Saldo Anterior de Prejuízo Acumulado	– D	1.748.526,64 D
(+/–) Prejuízo Líquido do Período	6.163.255,66 D	6.572.818,71 D
(=) Total	**6.163.255,66 D**	**–**
Destinações	**31/12/2014**	**31/12/2013**
(=) Lucros ou Prejuízos Acumulados	**6.163.255,66 D**	**– D**

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional: A **NNP Holding S.A.** foi constituída em 16/03/2012. A sociedade tem por objetivo social exclusivo o controle e a participação no capital de outras empresas, como acionista ou quotista. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em obediência aos preceitos da Legislação Comercial; aos preceitos da Lei das Sociedades Anônimas; e aos Princípios de Contabilidade geralmente aceitos, tendo por objetivo apresentar a situação patrimonial e financeira da empresa. **3. Principais Práticas Contábeis:** As práticas contábeis adotadas para contabilização e para elaboração das demonstrações financeiras emanam das disposições da Lei das Sociedades Anônimas. As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: **a) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em obediência ao regime contábil de competência de exercícios. **b) Ativos circulantes:** Os ativos circulantes estão demonstrados aos seus valores originais, adicionados, quando aplicável, pelos valores de juros e variações monetárias ou, no caso de despesas pagas antecipadamente, demonstrados pelo valor de custo. **c) Passivo circulante e exigível a longo prazo:** Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias ou cambiais incorridos até a data do balanço. **4. Bancos Conta Movimento:** Ao final do exercício o saldo em conta-corrente no país é de R$ 7.770,87. **5. Impostos a Recuperar:** O valor do imposto a recuperar é demonstrado pelo seu valor nominal. Corresponde ao Imposto de Renda Retido na Fonte no valor de R$ 1.255,40; Crédito Tributário Imposto de Renda R$ 571.395,59. **6. Imobilizado:** O ativo imobilizado é demonstrado ao custo ou valor de avaliação que totalizam R$ 61.354.428,95. Os bens à disposição da empresa são: Aeronave Falcon SN 247 - R$ 61.354.428,95 - 10,00%. As depreciações são calculadas pelo método linear, em conformidade com as taxas estabelecidas na Legislação. O saldo da depreciação do período é de R$ 12.270.885,84. **7. Obrigações Tributárias:** É composto pelos Impostos retidos na Fonte nos serviços tomados de fornecedores e dos impostos retidos nos salários pagos aos funcionários. O valor total é de R$ 101.067,03 referente ao período de 2014. **8. Fornecedores:** Compreende a provisão de fornecedores a pagar apropriados até 31/12/2014, no valor de R$ 46.644,25. **9. Obrigações Trabalhistas:** Compreende a folha de pagamento e os seus respectivos encargos sociais e as provisões de férias e décimo terceiro com seus encargos sociais, que estão calculados com base nos períodos aquisitivos dos funcionários apropriados até 31/12/2014. **10. Exigível a Longo Prazo:** Representam valores para futuro aumento de capital AFAC efetuado pelo sócio Noberto Nogueira Pinheiro no montante de R$ 5.031.867,00; Parcelamento junto ao Bank of America no valor de R$ 36.611.600,19. **11. Capital Social:** O capital social totalmente integralizado no montante de R$ 14.000.000,00 pertence a acionistas domiciliados no País, dividido em 14.000.000 ações ordinárias nominativas, sem valor comercial.

Noberto Nogueira Pinheiro - Função: Diretor-Presidente - RG: 21.883.700-8 - CPF: 026.336.983-87 **Celso Silva Santos - Função:** Contador - CPF: 255.487.978-83 - CT/CRC: 1SP205862/O-9

PAN SEGUROS S.A.

CNPJ/MF nº 33.245.762/0001-07 - NIRE nº 35.300.047.541

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convocamos os Srs. acionistas da Pan Seguros S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 20 de janeiro de 2016, às 10 horas, na sede social da Companhia, na Avenida Paulista, nº 1.374, 9º andar, Bela Vista, na Cidade e Estado de São Paulo, CEP 01310-100, a fim de deliberar sobre as matérias a seguir descritas: (i) a alteração do endereço da sede social da Companhia; e (ii) a alteração e consolidação do Estatuto Social da Companhia, em razão da alteração descrita no item (i) acima.

Instruções Gerais:

1. Os documentos e propostas relativos aos itens da ordem do dia estão à disposição dos senhores acionistas na sede da Companhia.
2. Os instrumentos de mandato, devidamente regularizados na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, com poderes especiais para representação na Assembleia Geral Extraordinária a que se refere o presente edital deverão ser depositados na sede da Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral Extraordinária.
3. O acionista ou seu representante legal deverá comparecer à Assembleia Geral Extraordinária munido de documentos que comprovem sua identidade e a condição de acionista.

São Paulo, 11 de janeiro de 2016.

José Carlos Macedo dos Santos

Diretor Superintende

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE COTISTAS DO FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FII – BRASIL PLURAL ABSOLUTO FUNDO DE FUNDOS ("Fundo")

CNPJ/MF sob o nº 17.324.357/0001-28

Data: 26.01.2015 (Terça-feira). **Locais: Em São Paulo -** Avenida Paulista, 1.106 - 6º andar – presencial. **Em Porto Alegre -** Rua Mostardeiros, 322 – cj. 701 – por intermédio de vídeo-conferência. **No Rio de Janeiro -** Praça XV de Novembro, 20 - 12º andar – por intermédio de vídeo conferência. **Horário:** 10 horas. **ORDEM DO DIA:** Deliberar em **Assembleia Geral Ordinária** sobre a apreciação e aprovação das demonstrações financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores do Fundo relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Os cotistas poderão fazer-se representar por procuração, desde que seus representantes legais ou procuradores estejam legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano, observado o disposto no artigo 22 da Instrução CVM nº 472/08. Colocamo-nos à disposição nos telefones: (11) 2137-8888, (21) 2169-9999 e (51) 2121-9500 para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Atenciosamente, **FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FII – BRASIL PLURAL ABSOLUTO FUNDO DE FUNDOS**, por sua administradora GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DE COTISTAS DO SP DOWNTOWN FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII ("Fundo")

CNPJ/MF sob o nº 15.538.445/0001-05

Data: 26.01.2016 (terça-feira). **Locais: Em São Paulo -** Avenida Paulista, 1.106 - 6º andar – presencial. **Em Porto Alegre -** Rua Mostardeiros, 322 – cj. 701 – por intermédio de vídeo-conferência. **No Rio de Janeiro -** Praça XV de Novembro, 20 - 12º andar – por intermédio de vídeo conferência. **Horário:** 11 horas. **ORDEM DO DIA:** Deliberar em **Assembleia Geral Ordinária** sobre a apreciação e aprovação das demonstrações financeiras, Notas Explicativas e Parecer dos Auditores do Fundo relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014. Os cotistas poderão fazer-se representar por procuração, desde que seus representantes legais ou procuradores estejam legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano, observado o disposto no artigo 22 da Instrução CVM nº 472/08. Colocamo-nos à disposição nos telefones: (11) 2137-8888, (21) 2169-9999 e (51) 2121-9500 para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Atenciosamente, **SP DOWNTOWN FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO – FII**, por sua administradora GERAÇÃO FUTURO CORRETORA DE VALORES S.A.